



SOCIEDADE

Auxílio impediu a piora da pobreza

Em 2020, de acordo com o IBGE, um em cada quatro brasileiros viveu em estado de penúria

O pagamento do auxílio emergencial evitou um agravamento da miséria no país em 2020, por causa da pandemia de covid-19. Mesmo assim, praticamente um em cada quatro brasileiros ainda viveu abaixo da linha de pobreza no ano passado — quase 51 milhões de pessoas. Foi o que constataram os dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Não fossem os programas de transferência de renda para enfrentar a pandemia, incluindo também iniciativas estaduais e municipais complementares, os 10% mais pobres da população teriam sobrevivido com apenas R\$ 13 por mês, o equivalente a R\$ 0,43 por pessoa a cada dia. Com os benefícios governamentais, esse grupo de 21 milhões de brasileiros mais pobres sobreviveu, em 2020, com R\$ 128 mensais por pessoa da família — ou R\$ 4,27 por dia, o maior valor já registrado na série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012.

Embora ainda insuficiente para uma vida livre de restrições básicas, o montante representa uma alta de 14,9% ante os R\$ 111 mensais recebidos em 2019. Sem essas transferências de renda, o rendimento médio por pessoa dos 10% mais pobres teria caído 75,9%, o que demonstra a importância da continuidade da política.

Mesmo com o pagamento do auxílio emergencial, 12,046 milhões de brasileiros — o equivalente a 5,7% da população — viveram abaixo da linha de miséria no ano passado. Se excluído o recebimento de programas sociais, esse contingente de miseráveis teria subido a 27,313 milhões, ou 12,9% dos habitantes do país. Em 2019, a proporção de brasileiros na miséria era de 6,8%.

Para Felipe Queiroz, economista e pesquisador da Unicamp, o Estado deve implementar políticas públicas que forneçam as condições básicas de vida para as famílias. “O Auxílio Emergencial é uma política extremamente

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Crianças foram, proporcionalmente, maiores vítimas: mais de 17 milhões comatê 14 anos viveram abaixo da linha de pobreza



(A pandemia) foi uma catástrofe para a educação básica. Acentuou as desigualdades das redes de ensino e as dificuldades de implantação do ensino a distância.”

Betina Fresneda,
analista de indicadores educacionais do IBGE

necessária. O governo não queria. Qual o efeito disso? Evitou que a pobreza e extrema pobreza aumentassem de modo exponencial e estimulou minimamente o mercado”, analisou.

Negros e crianças

Em 2020, as crianças foram, proporcionalmente, as principais vítimas da escassez de recursos: mais de 17 milhões de crianças e adolescentes com até 14 anos viveram abaixo da linha de pobreza no país, o equivalente a 38,6% da população nessa faixa etária. Nesse contingente, 3,9 milhões estavam em situação de miséria, ou 8,9% dos brasileiros dessa idade.

Além dos mais jovens, a pobreza também atinge com mais força as pessoas de cor preta ou parda. Havia quase três vezes mais negros do que brancos entre as pessoas na extrema pobreza. Cerca de 8,8 milhões que

estavam abaixo da linha de miséria são pretos ou pardos, quase 75% das pessoas nessa condição — ou seja, três a cada quatro dos que estavam nessa situação. Os brancos vivendo na miséria totalizavam cerca de 3,2 milhões.

As desigualdades regionais também chamam a atenção. A Região Nordeste concentra quase metade das pessoas em situação de miséria (cerca de 6 milhões) e pouco mais de 45% dos brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza — considerando apenas a população local, quatro em cada 10 nordestinos viviam na pobreza, e um em cada dez sobrevivia na miséria.

Débora Messemberg, socióloga da Universidade de Brasília (UnB), apontou que a pandemia evidenciou uma naturalização da miséria. “Os programas sociais são absolutamente necessários em um país miserável como o Brasil, mas ele é miserável

porque concentra demais. Mas uma complementação de renda não enfrenta a concentração”, explicou.

A pandemia ainda provocou um impacto profundo na educação, agravando ainda mais as desigualdades já existentes entre a rede pública e a privada. Além de terem tido muito menos aulas (presenciais ou remotas), os alunos mais pobres ainda enfrentaram as mais diversas dificuldades estruturais — da falta de internet e computadores à ausência de água e sabão nas escolas para higienizar as mãos.

“Foi uma catástrofe para a educação básica. Acentuou as desigualdades das redes de ensino, as profundas desigualdades regionais de um país continental e as dificuldades de implantação do ensino a distância”, resumiu a pesquisadora Betina Fresneda, analista de indicadores educacionais do IBGE. **(Colaborou Tainá Andrade)**

Ômicron avança e sexto caso vem do RS

» MARIA EDUARDA CARDIM

Um novo caso da variante ômicron do novo coronavírus foi confirmado ontem. O registro vem de Santa Cruz do Sul (RS): uma mulher que voltou de viagem da África do Sul, na última semana, testou positivo. Ela havia recebido as duas doses da vacina contra a covid-19 e apresentou febre. Assim, trata-se do sexto caso da nova cepa no Brasil, que tem outros três confirmados em São Paulo e mais dois no Distrito Federal.

O Centro Estadual de Vigilância em Saúde (Cevs) realizou o sequenciamento genômico completo do vírus em tempo recorde, já que recebeu a amostra da paciente no início da tarde da última quinta-feira. “A mulher está em isolamento domiciliar e acompanhada pela vigilância em saúde do município”, assegurou a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul.

Também na quinta-feira, o Ministério da Saúde informou que havia oito casos em investigação, mas nenhum deles se referia ao Rio Grande do Sul. Seis deles eram do Distrito Federal, mas foram descartados. Os outros dois são do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

O Ministério da Saúde, porém, resiste em adotar a exigência do comprovante de vacinação completa contra a covid-19 para a entrada de viajantes no Brasil — conforme recomendado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, classificou a questão como um “assunto sensível” — isso porque a medida vem sendo atacada pelo presidente Jair Bolsonaro e por seus apoiadores.

Ainda assim, o passaporte de imunização será discutido na próxima segunda-feira, quando está prevista a realização de uma reunião entre a Anvisa, a Casa Civil e os ministérios da Saúde, da Justiça e Segurança Pública e Infraestrutura. A expectativa é de que, nesse encontro, governo deve tirar uma decisão. Desde 12 de novembro, a Anvisa recomenda que o governo federal exija a comprovação da vacinação para que o Brasil não se torne um país “amigo” dos turistas não vacinados.

Festejos

Com o avanço da ômicron, vários estados deram passos atrás nas flexibilizações das medidas de higiene e distanciamento. Ontem, o Comitê Científico do Consórcio Nordeste recomendou aos governadores da região cancelarem as festas de Ano Novo e carnaval para evitar aglomerações. Ao todo, 21 capitais suspenderam as festas de fim do ano.

Outra orientação do Comitê do Consórcio Nordeste foi a manutenção da obrigatoriedade do uso de máscaras e a cobrança do comprovante de vacinação para a entrada em cinemas, teatros, estádios de futebol e outros locais. Por meio de nota, o colegiado ainda critica o governo federal. “Desde o registro oficial do primeiro caso comunitário no país em fevereiro de 2020, assistiu-se a uma completa apatia do governo federal”, afirmou.

CASO KISS 2013-2021

Julgamento em dia de confusão e gritaria

» GABRIELA CHABALGOITY*

O terceiro dia de julgamento dos réus da tragédia da boate Kiss, em Porto Alegre, foi marcado por confusão e gritaria. Começou com a decisão do juiz Orlando Faccini Neto de tornar uma testemunha, que iria depor ontem, em informante.

Isso porque a filha de Gíanderson Machado da Silva, que trabalhava revisando extintores de incêndio e recarregou os que atendiam a boate, publicou em suas redes sociais que seu pai era “o próximo a depor no caso da Kiss”. E acrescentou: “Que ele fale tudo! Que esses donos da boate apodreçam na cadeia”. Isso ensejou que a defesa de Mauro Hoffman entrasse com um pedido para que a testemunha fosse retirada, argumentando que o comentário publicado nas redes

sociais pudesse afetar a decisão do juiz.

Em seu depoimento como informante, Gíanderson lembrou que, na época do incêndio, ele havia recarregado os extintores quatro vezes e que o laudo do Instituto Médico Legal demonstrou que um dos equipamentos que estava próximo do palco não funcionou.

Mas este não foi o único momento tenso do dia. A certa altura da sessão, começou uma discussão entre o advogado do réu Luciano Bonilha e o juiz, que paralisou a sessão e ameaçou mandar o defensor sair da sala de julgamento. A confusão aconteceu durante o depoimento de Daniel Rodrigues da Silva, que trabalhava na loja em que o artigo pirotécnico que deu início ao incêndio que causou a tragédia foi comprado.

Reprodução/TJRS



Um dos advogados dos réus bate-boca com o juiz em sessão tensa

Bate-boca

A testemunha se recusou a responder uma pergunta do advogado, que se exaltou e gritou

com Daniel, tentando obrigá-lo a dar sua versão. O magistrado interveio. “A próxima que o senhor me fizer, o senhor não fica mais aqui”, avisou, interrompendo a

sessão.

No depoimento, Daniel disse que os artefatos Sputnik e Chuva de Prata, usados no dia do incêndio, não podem ser usados dentro de locais fechados. “O uso indoor por si só é perigoso”, explicou.

Ele afirmou, ainda, que o artefato foi comprado por Bonilha, produtor e auxiliar de palco da banda Gurizada Fandangueira. A nota fiscal de aquisição dos artefatos foi mostrada ao juiz.

Daniel acrescentou que Bonilha foi orientado sobre a utilização correta do artefato. “O funcionário teve o diálogo com o Luciano, sempre instruímos”. O fogo do tipo Sputnik deve ser acionado à distância e possui instruções na embalagem, detalhou o depoente.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi